



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI

Estado de Minas Gerais

CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2016

PROCURADOR Turno: Tarde

INSTRUÇÕES

[Estas instruções passam a fazer parte do Edital n.º 03/2016 da Prefeitura Municipal de Araguari.]

01. Deixe sobre a carteira es colar apenas o material estritamente necessário para a realização da prova: caneta e a Cédula de Identidade. (Lápis, lapiseiras, borrachas, corretivos, marcadores de textos, entre outros é proibido o uso)
02. Você receberá do Fiscal os seguintes materiais:
 - a) este caderno de prova;
 - b) a folha de resposta prova objetiva de múltipla escolha; e
 - c) a folha de resposta prova discursiva.

CADERNO DE PROVA

03. Este caderno de prova deve conter 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha (A, B, C e D), numeradas de 01 a 40 e, 01 (uma) questão discursiva. Confira-o antes de iniciar a prova. Caso encontre algum defeito de impressão e/ou montagem, levante o braço e aguarde a chegada do Fiscal. Após a prova ser iniciada, não será aceita qualquer reclamação sobre falhas na impressão e/ou montagem.
04. Em cada questão, somente UMA alternativa será aceita como resposta.
05. A interpretação das questões é parte integrante da prova. Evite perguntas.
06. A prova é individual. É vedada a comunicação entre os candidatos durante a prova.

FOLHAS DE RESPOSTAS (Objetiva/Discursiva)

07. Confira se o seu nome, número de inscrição e número de sua identidade estão corretos na folha de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal.
09. Não amasse, nem dobre a folha de respostas. Preencha-a com caneta esferográfica azul, escrita grossa. Não faça uso de borracha ou corretivo.
10. A marcação na folha de respostas é de inteira responsabilidade do candidato.
11. Procure responder a todas as questões. As questões não respondidas, com mais de uma resposta ou preenchidas em desacordo com as instruções da folha de respostas serão consideradas nulas.
12. Ao terminar a prova, devolva ao Fiscal a folha de respostas. Após a entrega, retire-se do local de prova.
13. Duração da prova: 03h (três horas), já incluído o tempo destinado à identificação do candidato e ao preenchimento da folha de respostas.
14. Guarde o seu relógio antes do início da prova no porta objeto fornecido. O tempo de realização da prova será controlado pelo Fiscal de sala.
15. Desligue o seu telefone celular antes do início da prova e guarde-o no porta objeto destinado.
16. Você somente poderá retirar-se da sala de provas após decorrida 60 (sessenta) minutos de seu início.
17. Você poderá levar o seu caderno de prova somente quando faltar 60 (sessenta) minutos para seu término.
18. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a folha de respostas ao mesmo tempo, assinar o Termo de Encerramento de Prova e retirar-se, todos juntos, da sala.
19. A desobediência a qualquer uma das determinações destas instruções ou das constantes da folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

QUESTÕES OBJETIVAS DE MULTIPLA ESCOLHA**QUESTÃO 01**

Com base nos dispositivos vigentes e aplicáveis da Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial e, devendo ser desconsiderados os dispositivos que alteraram o revogado Código de Processo Civil 1973, assinale a opção correta:

- A) Os órgãos do Poder Judiciário deverão desenvolver sistemas eletrônicos de processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas;
- B) Os órgãos do Poder Judiciário regulamentarão a referida Lei, no que couber, no âmbito de suas respectivas competências;
- C) Os órgãos do Poder Judiciário deverão manter equipamentos de digitalização e de acesso à rede mundial de computadores à disposição dos advogados, defensores públicos e promotores de justiça para distribuição de peças processuais;
- D) Define-se como meio eletrônico, toda forma de comunicação a distância com a utilização de redes de comunicação, especificamente, a rede mundial de computadores.

QUESTÃO 02

Considerando o disposto na Resolução CNJ nº 185 de 18/12/2013, que institui o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema de processamento de informações e prática de atos processuais e estabelece os parâmetros para sua implementação e funcionamento, é correto afirmar que o PJe não compreenderá o controle do sistema judicial no seguinte aspecto:

- A) O controle da tramitação do processo;
- B) A padronização de todos os dados e informações compreendidas pelo processo judicial;
- C) A produção, registro e publicidade dos atos processuais;
- D) A retenção de dados essenciais à gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, controle e uso do sistema judiciário.

QUESTÃO 03

A respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, marque a alternativa correta:

- A) É parte introdutória e integra o Código Civil, indispensável para o esclarecimento de sua aplicação;
- B) Ocorreram aperfeiçoamentos e nova redação foi dada à ementa da antiga Lei de Introdução ao Código Civil, ainda vigente;
- C) A antiga Lei de Introdução ao Código Civil de 1942 foi revogada pela Lei nº 12.376, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e dá outras providências.
- D) A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ao contrário da antiga Lei de Introdução ao Código Civil, possui sentido mais amplo que uma simples introdução às leis civis.

QUESTÃO 04

Ainda a respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa incorreta:

- A) A lei de introdução anterior à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro estipulava prazos diversos de vigência em diferentes Estados do país;
- B) Na atual Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, em toda a nação a lei inicia sua vigência no mesmo dia;
- C) O intervalo temporal entre a publicação e o início de vigência da norma denomina-se *vacatio legis*;
- D) Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia dois meses depois de oficialmente publicada.

QUESTÃO 05

Sobre a aplicação das leis, marque a afirmativa correta:

- A) Quando determinado fato individual se enquadrar analogicamente no conceito concreto da norma, estará o aplicador realizando o que se convencionou chamar de subsunção do fato à norma;
- B) O magistrado deve se valer das fontes do Direito para, em caso de omissões legislativas, realizar a chamada interpretação normativa;
- C) A integração normativa é o processo intelectual onde se colmatam as lacunas – ontológicas e axiológicas – do ordenamento, realizando-se o direito no caso concreto.
- D) Em razão do conceito jurídico de soberania estatal, a norma deve ser aplicada dentro dos limites territoriais do Estado que a editou, o que impede a ideia de extraterritorialidade.

QUESTÃO 06

Considerando as afirmativas abaixo sobre as pessoas:

- I- A personalidade jurídica deve ser entendida como a aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações;
- II- A capacidade jurídica dá extensão à personalidade jurídica, pois pode haver capacidade relativa a certos atos civis, enquanto à personalidade é terminologia genérica;
- III- A capacidade de direito ou jurídica é aquela que gera a aptidão para exercer direitos e contrair obrigações;
- IV- A capacidade de fato é a aptidão genérica para a prática de atos com efeitos jurídicos eficazes.

Marque a seguir, a opção que representa corretamente a sequência das afirmativas:

- A) I- verdadeira; II- verdadeira; III- falsa; IV- verdadeira;
- B) I- verdadeira; II- falsa; III- verdadeira; IV- falsa;
- C) I- falsa; II- verdadeira; III- verdadeira; IV- verdadeira;
- D) I- verdadeira; II- verdadeira; III- verdadeira; IV- falsa.

QUESTÃO 07

A respeito do que dispõe o Código Civil vigente, assinale a opção correta:

- A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos e os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- C) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;
- D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil apenas os menores de 16 anos.

QUESTÃO 08

Em relação aos bens móveis e imóveis, assinale a opção incorreta:

- A) As sementes que se agregaram ao solo, são consideradas bens imóveis, se lançadas para germinar;
- B) As riquezas minerais ou fósseis pertencem ao proprietário do solo, que pode delas livremente fruir;
- C) O proprietário não pode opor-se a atividades que sejam realizadas em espaço aéreo e do subsolo de seu imóvel que lhe sejam inúteis;
- D) Apenas os bens móveis podem ser objeto de contrato de mútuo.

QUESTÃO 09

Com relação aos negócios jurídicos, julgue a alternativa incorreta dentre as proposições abaixo:

- A) Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor por eles reduzido à insolvência, quando o ignore, não poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos, em respeito à boa-fé do devedor, que ignorava a sua condição de insolvente;
- B) Se os negócios fraudulentos tinham por único objetivo atribuir direitos preferenciais, mediante hipoteca, penhor ou anticrese, sua invalidade importará somente na anulação da preferência ajustada;
- C) Serão anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante;
- D) Anulados os negócios jurídicos fraudulentos, a vantagem resultante reverterá em proveito do acervo que se tenha de efetuar o concurso de credores.

QUESTÃO 10

De acordo com o disposto no Código de Processo Civil vigente, assinale a alternativa incorreta:

- A) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciários serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade;
- B) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada somente a presença das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público;
- C) A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores;
- D) Os juízes e os tribunais deverão seguir à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

QUESTÃO 11

Em relação às regras de competência previstas no Código de Processo Civil vigente, pode-se afirmar corretamente que é competente o foro do lugar:

- A) Onde a obrigação deva ser satisfeita para a ação em que se lhe exigir o cumprimento;
- B) Da residência do idoso ou, facultativamente, o foro do domicílio do réu, para a causa que verse sobre direito previsto no respectivo estatuto;
- C) Onde está a sede, para a ação em que for autora a pessoa jurídica;
- D) Onde se acha a sede, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu.

QUESTÃO 12

Considerando as afirmativas abaixo sobre a representação ativa e passiva em juízo, que podem ser verdadeiras ou falsas, assinale a alternativa que corresponde à sequência correta das afirmações.

Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

- I- A União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;
- II- O Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores;
- III- O município, por seu prefeito, procurador ou advogados;
- IV – A autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei federal designar;

- A) I (verdadeira); II (verdadeira); III (verdadeira); IV (falsa);
- B) I (verdadeira); II (verdadeira); III (falsa); IV (falsa);
- C) I (falsa); II (verdadeira); III (falsa); IV (verdadeira);
- D) I (verdadeira); II (falsa); III (falsa); IV (falsa).

QUESTÃO 13

A respeito da litigância de má-fé no Código de Processo Civil vigente, assinale a opção incorreta:

- A) O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária por prejuízos e esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou;
- B) Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária;
- C) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o salário mínimo;
- D) O valor da indenização será fixado pelo juiz, ou, caso não seja possível mensurá-la, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos.

QUESTÃO 14

De acordo com o disposto no Código de Processo Civil vigente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios criarão câmaras de mediação e conciliação, com atribuições relacionadas à solução consensual de conflitos no âmbito administrativo, tais como as abaixo descritas, exceto:

- A) Dirimir conflitos envolvendo órgãos e entidades da administração pública;
- B) Avaliar a admissibilidade de pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da administração pública;
- C) Promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta;
- D) Aplicar, administrativamente, punições às partes que desrespeitarem os termos do acordo proposto.

QUESTÃO 15

No que diz respeito à remessa necessária, julgue a afirmativa incorreta:

- A) Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença cuja condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a 100 (cem) salários-mínimos para todos os Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público;
- B) Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que estiver fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa;
- C) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença que julgar improcedentes, no todo, os embargos à execução fiscal;
- D) Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que estiver fundada em súmula de tribunal superior.

QUESTÃO 16

Em relação à execução contra a Fazenda Pública, marque a alternativa correta:

- A) Na execução fundada em título executivo extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 45 (quarenta e cinco) dias;
- B) Nos embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento;
- C) Não opostos os embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á o mandado de pagamento em favor do exequente, sob pena de bloqueio de valores e repasses destinados a Fazenda Pública;
- D) Nos embargos, a Fazenda Pública só poderá alegar as matérias relativas às nulidades e excesso de execução como oposição à execução.

QUESTÃO 17

Analise a afirmação abaixo e julgue afirmação verdadeira em relação ao disposto na Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências.

A Seguridade Social obedecerá, dentre outros, aos seguintes princípios e diretrizes:

- A) Distinção proporcional dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- B) Uniformidade da base de financiamento;
- C) Universalidade da cobertura e do atendimento;
- D) Diferenciação na forma de participação no custeio.

QUESTÃO 18

A respeito do aval, marque a alternativa incorreta:

- A) O aval é uma obrigação firmada por terceiro (avalista) que garante o pagamento do título, caso o devedor (avalizado) não o cumpra;
- B) Se o avalista tiver que honrar a obrigação diante da falta de pagamento do devedor-avalizado, ele tem o direito de voltar-se, em regresso, contra o devedor avalizado para reaver o respectivo valor;
- C) O aval, ao contrário da fiança, não é garantia fidejussória;
- D) Semelhante à fiança, o aval é uma forma de garantia subjetiva, de natureza pessoal, tendo como base a confiança.

QUESTÃO 19

Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, marque a opção correta no que diz respeito ao trabalho noturno:

- A) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20 % (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna;
- B) A hora do trabalho noturno será computada como de 50 minutos e 30 segundos;
- C) Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 6 horas do dia seguinte;
- D) Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior a do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 15 % (quinze por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

QUESTÃO 20

Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, em relação ao instituto da justa causa é incorreto afirmar que constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- A) Ato de improbidade;
- B) Incontinência de conduta ou mal procedimento;
- C) Prática eventual de jogos de azar;
- D) Abandono de emprego.

QUESTÃO 21

Qual dos princípios administrativos expressos na CF/88 exige que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta:

- A) Princípio da conveniência;
- B) Princípio da oportunidade;
- C) Princípio da improbidade;
- D) Princípio da moralidade.

QUESTÃO 22

Qual princípio reconhecido, inspirador da conduta administrativa e com origem no âmbito do direito ambiental, exige da Administração Pública a adoção de postura preventiva com o fito de evitar que eventuais danos à coletividade ou ambientais acabem por concretizar-se:

- A) Princípio da premonição;
- B) Princípio da antecipação;
- C) Princípio da precaução;
- D) Princípio do desenvolvimento sustentável.

QUESTÃO 23

A respeito da fundação pública, marque a alternativa que não corresponde a uma característica da fundação pública:

- A) a figura do instituidor;
- B) o Poder Público não pode ser instituidor;
- C) a ausência de fins lucrativos;
- D) o fim social da entidade.

QUESTÃO 24

No que diz respeito aos elementos (ou requisitos) essenciais do ato administrativo válido, marque a questão que não corresponde a um deles:

- A) Capacidade;
- B) Forma;
- C) Objeto;
- D) Finalidade.

QUESTÃO 25

Considerando as hipóteses de dispensa de licitação expressas na Lei nº 8.666/93, assinale a opção incorreta:

- A) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
- B) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- C) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- D) Para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público ou privado interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência da Lei nº 8.666/93, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

QUESTÃO 26

Identifique a alternativa que corresponde a uma característica básica dos contratos administrativos:

- A) Finalidade privada;
- B) *Intuitu personae*;
- C) Imutabilidade;
- D) Isonomia com a Administração Pública.

QUESTÃO 27

Identifique a hipótese que não corresponde a um dos pressupostos para a caracterização da responsabilização civil do Estado:

- A) Efeito danoso;
- B) Relação de causalidade;
- C) Regra do risco integral;
- D) Fato administrativo.

QUESTÃO 28

Considerando o disposto na Lei nº. 10.520/2002, que Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências, assinale a afirmativa incorreta:

- A) Na fase externa, a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- B) Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;
- C) Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação;
- D) É vedada a exigência de pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

QUESTÃO 29

De acordo com dispositivo específico da Lei nº 8.429/92, marque a alternativa que não representa ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

- A) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades;
- B) aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;
- C) adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;
- D) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que não corresponde a um princípio fundamental que rege a República Federativa do Brasil de 1988 nas relações internacionais, conforme disposição expressa no texto constitucional:

- A) Independência nacional;
- B) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- C) Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- D) Defesa da paz.

QUESTÃO 31

No que diz à teoria da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, segundo a classificação de José Afonso da Silva, marque a alternativa correta:

- A) As normas constitucionais de eficácia contida possuem aplicabilidade direta, imediata, mas possivelmente não integral;
- B) As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade direta, mediata e diferida;
- C) As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade indireta, imediata e diferida;
- D) As normas constitucionais de eficácia contida possuem aplicabilidade direta, mediata, mas possivelmente não integral.

QUESTÃO 32

A respeito da organização do Estado Brasileiro, marque a alternativa incorreta em relação aos Municípios:

- A) O Município pode ser definido como a pessoa jurídica de direito público interno e autônoma nos termos e de acordo com as regras da CRFB/88;
- B) A auto-organização, autogoverno, autoadministração e autolegislação são capacidades que materializam a autonomia própria do Município;
- C) Os Municípios organizam-se por Lei Orgânica, votada em dois turnos, com o intrínseco mínimo de trinta dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal;
- D) A lei complementar federal determinará o período para a criação, incorporação, fusão ou desmembramento dos Municípios, bem como o procedimento.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa incorreta em relação às ações civis coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos previstas na Lei nº 8.078/90 que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências:

- A) O Ministério Público, se não ajuizar a ação, atuará sempre como fiscal da lei;
- B) Na ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados;
- C) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no Foro da Capital do Estado ou no Distrito Federal, para os danos de âmbito regional ou local, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência privativa;
- D) Ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local no foro do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, quando de âmbito local.

QUESTÃO 34

Em relação ao conceito de consumidor, assinale a opção correta:

- A) Consumidor é toda pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final;
- B) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, exceto as indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo;
- C) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo;
- D) A pessoa jurídica não pode ser consumidora de produtos ou serviços, pois utiliza-os como insumos para sua atividade principal

QUESTÃO 35

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere à receita pública, assinale a opção correta:

- A) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação;
- B) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo quinze dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício vigente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo;
- C) O montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá, excepcionalmente, ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária;
- D) A concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita poderá estar acompanhada de cálculo exato do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos três seguintes.

QUESTÃO 36

Assinale a opção incorreta em relação aos princípios do Direito Ambiental:

- A) O princípio da precaução refere-se ao conteúdo e a intensidade da proteção ambiental, significando que a política do meio ambiente não se limita à eliminação ou redução da poluição já existente ou iminente, mas assegura que a poluição é combatida na sua incipiência e que os recursos naturais são utilizados numa base de produção sustentada;
- B) O princípio da prevenção tem por escopo evitar a ocorrência de danos ambientais irreversíveis, cientificamente comprovados. Aplica-se aos impactos ambientais já reconhecidos e dos quais se possa, com segurança, estabelecer um conjunto de nexos de causalidade que seja suficiente para a identificação dos impactos futuros mais prováveis;
- C) O princípio da participação limitada estabelece condições restritivas para a intervenção individual e de diferentes grupos sociais na formulação e execução da política do meio ambiente;
- D) O princípio do desenvolvimento sustentável sustenta que o crescimento econômico, significando apenas crescimento quantitativo, não pode sustentar-se indefinidamente num planeta de dimensões finitas.

QUESTÃO 37

Assinale a opção que não constitui uma prerrogativa dos sindicatos:

- A) Celebrar contratos coletivos de trabalho;
- B) Impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas;
- C) Promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
- D) Fundar e manter agências de colocação.

QUESTÃO 38

Considerando-se as noções sobre o nome empresarial, assinale a opção que representa a sequência correta das afirmativas:

- I- O nome empresarial é gênero do qual são espécies firma e denominação;
 - II- O nome empresarial e firma são espécies do gênero denominação;
 - III- O nome empresarial e a denominação são espécies do gênero firma;
- A) I-verdadeira; II-falsa; III-falsa;
 - B) I-verdadeira; II-verdadeira; III-falsa;
 - C) I-falsa; II-verdadeira; III-falsa;
 - D) I-falsa; II-falsa; III-verdadeira.

QUESTÃO 39

Em relação aos prazos da Lei nº. 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a alternativa correta:

- A) Realizada a verificação dos créditos, será publicado um edital com a relação de créditos já apurados, para no prazo de 15 (quinze) dias os credores apresentarem ao administrador judicial suas habilitações de créditos que não foram relacionados no edital ou suas divergências em relação aos créditos já verificados e relacionados;
- B) Realizada a verificação dos créditos, será publicado um edital com a relação de créditos já apurados, para no prazo de 30 (trinta) dias os credores apresentarem ao administrador judicial suas habilitações de créditos que não foram relacionados no edital ou suas divergências em relação aos créditos já verificados e relacionados;
- C) Realizada a verificação dos créditos, será publicado um edital com a relação de créditos já apurados, para no prazo de 20 (vinte) dias os credores apresentarem ao administrador judicial suas habilitações de créditos que não foram relacionados no edital ou suas divergências em relação aos créditos já verificados e relacionados;
- D) Realizada a verificação dos créditos, será publicado um edital com a relação de créditos já apurados, para no prazo de 10 (dez) dias os credores apresentarem ao administrador judicial suas habilitações de créditos que não foram relacionados no edital ou suas divergências em relação aos créditos já verificados e relacionados.

QUESTÃO 40

Marque a opção que não corresponde a uma modalidade de lançamento do crédito tributário:

- A) Lançamento por homologação;
- B) Lançamento por declaração;
- C) Lançamento por arbitramento;
- D) Lançamento por transação.

QUESTÃO DISCURSIVA**Questão 01 - Discursiva**

O prefeito do Município “X”, com mais de 50 mil habitantes, determinou que fossem publicadas em link específico de “Consulta à informação” no sítio eletrônico oficial do referido Município, planilhas mensais detalhadas contendo dados verazes referentes à identificação pelo nome completo, ao cargo exercido, às remunerações, às gratificações (acaso existentes), às diárias, aos descontos em folha (acaso existentes) e repartição onde estão lotados todos os servidores municipais, sem a prévia comunicação ou consentimento dos mesmos. Alguns dos servidores mais antigos e com as maiores remunerações que tiveram seus dados pessoais comprovadamente divulgados nessas planilhas, sentiram-se violados em seus direitos fundamentais à intimidade, vida privada, honra e dignidade, alegando ainda que a divulgação de tais dados pessoais colocaria em risco a segurança de dados particulares. Por estes motivos, formalizaram e assinaram um requerimento ao Procurador do Município exigindo explicações, questionando a regularidade do ato administrativo praticado pelo prefeito e solicitando a imediata retirada de tais informações do sítio eletrônico oficial do Município.

Com base nessas informações, elabore um parecer jurídico apresentando a fundamentação e os argumentos para a responder o requerimento dos servidores, fazendo constar necessariamente:

I. A definição de princípios e a que se destinam juridicamente, identificando e explicando os princípios administrativos aplicáveis, contextualizando sua resposta ao caso concreto;

II. A explicação se no caso concreto, está configurada ou não, a violação aos citados direitos fundamentais dos servidores, fundamentando e apresentando os argumentos jurídicos que sustentem sua resposta, (doutrina, normas, jurisprudências, etc.).

III. Independentemente da resposta ao item anterior e do caso concreto, identifique e explique a(s) forma(s) de sanar conflito de direitos fundamentais decorrente de ato administrativo;

IV. Se existe ou não alguma irregularidade no ato administrativo praticado pelo prefeito, identificando-a e explicando-a, acaso a resposta seja positiva. Fundamente e apresente os argumentos jurídicos (doutrina, normas, jurisprudências, etc.) para sustentar a sua resposta, seja ela positiva ou negativa;

